

ATA N° 216/2019

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e dezenove, às oito horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Secretaria de Assistência Social, Avenida Ernani Cotrin, 163, Centro, no município de Capivari de Baixo-SC, reuniu-se extraordinariamente o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob a condução do presidente, o conselheiro André Pinto Dalcarobo (APP). Estando presentes os conselheiros: Vitor César Paris (Secretaria de Obras), Elizabeth de Medeiros Gomes (Pastoral da Criança), Pedro Paulo Cardoso Martins (SINTRESC), Eliezer Marques Costa (Grupo Escoteiro Carijós), Rosinetti Cardoso da Rosa (Clube Esperança), Renata de Oliveira de Souza Roque (Secretaria de Educação - SAAD), Hamilton Gomes de Sousa (APAE), Bianca dos Santos Delfino (Secretaria de Adm. e Fin. – setor pessoal), Ramon dos Santos de Medeiros (Polícia Civil), Fernanda Firmino da Silva (Secretaria de Saúde – CAPS), Luciane Ferreira Medeiros (Secretaria de Assistência Social), Rosa Machado Silveira (CEACA), Mário José da Silva (Defesa Civil) e Zélia Schneider (EPAGRI). Ainda esteve presente a secretaria de assistência social: Ana Maria Fabiano Costa. André inicia a reunião cumprimentando a todos e informando que seguirá a pauta: o primeiro item é a aprovação da ata da reunião anterior, André questiona se algum conselheiro tem alguma consideração a fazer. Não havendo considera-se a ata então aprovada. Sobre o item seguinte: relação de ofícios encaminhados que estão em haver. Sabrina abre a tabela no datashow para visualização de todos. Com relação à solicitação de representante da Polícia Militar para estar participando das reuniões do CMDCA, André diz que já conversou pessoalmente, e foi indicado verbalmente o cabo Vieira, informando que já tem o contato para incluir no grupo de whatsapp. Hamilton questiona se o presidente não pode indicar, pois conhece um policial que é bem ativo: o Mina. Eliezer diz que teria que verificar a disponibilidade nas agendas, pois diz que o mesmo já participa de outro conselho. André diz que foi pensado o cabo Vieira por ele ser instrutor do Proerd. André diz que pode estar conversando devido estar em haver o suplente. Eliezer diz que o Helisson também é do Proerd. Sobre o ofício encaminhado a Secretaria de Educação, onde foi solicitada uma posição acerca da abertura da Biblioteca, até o momento não tiveram resposta. Renata diz que pode ficar responsável de cobrar a Secretária. Conselheiros concordam. André diz que foi encaminhado também um ofício ao Prefeito, Selma e setor de Tributos desta Prefeitura, solicitando a relação das empresas de lucro real, que são as que têm possibilidade de destinar recursos ao FIA, e informa que estão aguardando resposta, através do conselheiro Mário e Vitor. Sobre os materiais e equipamentos solicitados à administração, informa que inicialmente tiveram uma resposta vaga e sem prazos, e após encaminhamento de novo ofício, tiveram resposta verbalmente sobre algumas solicitações, por exemplo: do fornecimento materiais de expediente foi informado pela administração que seja pego diretamente quando precisasse, com relação ao carro informaram para solicitar à Secretaria de Obras, porém estão aguardando resposta dos demais itens por escrito. André diz que nesse ofício também solicitou o serviço de correios, pois é complicado deixar essa responsabilidade a cargo dos conselheiros, por exemplo, na Câmara a entrega deve ser realizada em vários gabinetes, sendo necessário tempo. Com relação à solicitação de reunião com o prefeito, André diz que está cobrando, informa que já foi falado com Raliane, secretária do prefeito e está aguardando data. André diz que pretende que até a reunião ordinária já tenha conseguido mobilizar a Prefeitura, conseguindo o máximo de pessoas para a campanha. Sobre o ofício de solicitação de representantes da Polícia Civil, em conversa com o Rubem, o próprio delegado se prontificou em estar participando, e informa que em breve encaminharão ofício formalizando. Sobre o item quatro da pauta, André informa que foi conversado em reunião da Comissão do FIA que a intenção é fazer algo para ser trabalhado o ano todo, e nesse período até abril foi sugerido que as reuniões fossem semanais, nas segundas-feiras, às 10h. André diz que os objetivos imediatos são: Colocar a campanha na rua, divulgar pessoalmente no corpo a corpo. E diz que estão precisando de conselheiros para fazer parte desta comissão. André diz que, devido à urgência, está abrindo a possibilidade de participar temporariamente, pode não ser para participar da comissão permanente, mas nesse período até abril precisa de voluntários para estar participando dessa campanha. Hamilton diz que essa comissão já tem público alvo que é a Associação de contadores. Hamilton diz que a Capacitar realizou ano passado uma capacitação muito boa no Parque ambiental. André diz que retomará a formação da Comissão por último, enquanto os conselheiros pensam quem tem interesse. André diz que também devem atualizar a Comissão de Normas e Documentos, na qual o Eliezer estava representando uma entidade governamental e agora passou a representar uma entidade não governamental e, portanto a formação atual não está respeitando o princípio da paridade. André questiona se o Eliezer tem a intenção de continuar na Comissão. Sabrina diz que como ele é de entidade que

provavelmente irá apresentar projetos não deveria compor a comissão que analisa os projetos, de acordo com a Resolução 137/2010, artigo 17. Vitor diz que Eliezer sempre fez parte, mas quando é para analisar o projeto da sua entidade ele se abstém do voto e também sugere que a própria proponente do projeto já deveria estar presente nas reuniões que analisam o projeto, a fim de analisar a proposta junto ao Edital, e evitar a ida e volta de pendências que poderiam ser resolvidas e tiradas as dúvidas na hora. André diz que achou interessante essa posição. Com relação aos membros das Comissões André questiona se os titulares e suplentes devem ser da mesma entidade. Sabrina diz que não tem conhecimento, mas que deve ter titular e suplente e a comissão ser paritária: mesmo número de membros governamentais e não governamentais. André questiona ao antigo presidente Eliezer, que responde que não há problema em ser de entidades diferentes. Conselheiros definem então os novos membros da Comissão de normas e documentos, sendo dos membros governamentais: como titular a conselheira Renata de Oliveira de Souza Roque e como suplente: Ramon dos Santos de Medeiros. Representando a Sociedade civil como titular o conselheiro Hamilton Gomes de Sousa e Suplente: Rosa Machado Silveira. O conselho também aprova por unanimidade a troca do suplente do conselheiro André: Eraldo dos Santos, que era representante da entidade civil, por Eliezer Marques Costa. Eliezer sugeriu que a conselheira Elizabeth, que fazia parte da Comissão de Normas passasse a integrar a Comissão do FIA. Conselheiros concordam. Sabrina informa que ainda não fará resolução atualizando a Comissão do FIA, pois ainda não está paritária. Sobre o item seis, André diz que tem ações a serem realizadas nesse ano, que são: A eleição do Conselho Tutelar, a Audiência Pública, a Campanha do FIA, e a participação dos delegados na conferência Estadual. Eliezer questiona se já foi marcada data para a Conferência Estadual. Sabrina diz que ainda não. Eliezer diz que então não tem como estabelecer cronograma agora e diz que a primeira coisa que a Comissão de Normas deve analisar é a lei da candidatura para o conselho tutelar, pois em 2015 tiveram problemas com os requisitos da lei e do Edital, pois como requisito constava a exigência de nível superior nas áreas humanas ou sociais, e nem as candidatas a Conselheira Tutelar sabiam quais os cursos eram dessas áreas e nem o MEC tinha documento para apresentar quais são os cursos. Vitor concorda. Eliezer diz que deveriam analisar a possibilidade de abrir para ensino médio completo, talvez verificar se tem experiência na área da Infância e Adolescência, porém também é difícil selecionar o que seria experiência na infância. Luciane diz que sempre tem poucos inscritos. Eliezer diz que da última eleição ficou apenas uma suplente com interesse em assumir o cargo, e informa que foi até sugerido pelo MP a realização de uma eleição tapão. Luciane diz que devem verificar essa questão em outros municípios. Sabrina questiona se os conselheiros abriram o link da FECAM que mandou por whatsapp, com uma minuta de Lei do CT confeccionada pelo MP, CEDCA e ACCT e abre o link no datashow mostrando aos presentes. André diz que foi levantada essa questão e será discutida na próxima reunião. André sugere que seja solicitado nível superior, por exemplo: em serviço social, direito, psicologia, pois pode haver inscrições de pessoas que nada tem haver com a área da Infância e Adolescência. Eliezer diz que fica muito restrito, e assim teriam poucos candidatos. André questiona se é realizado um curso antes da eleição com os candidatos. Rosa informa que antigamente era realizada uma prova de conhecimentos, porém não funcionou. Eliezer diz que a capacitação é posterior a eleição, ano passado foi realizada na região da amurel pela EGEM. Rosa requisitou pedir um parecer ao assessor Guilherme Cechelero com relação aos critérios. André diz que fica responsável em entrar em contato com o Guilherme e diz que a Comissão de normas deve se reunir para confeccionar um plano de ação e aplicação, informando que em conversa com o Guilherme Cechelero teve sugestões de pensar em longo prazo, então com relação às ações André diz que estarão fazendo pensando em mais de um ano, para 2021. André questiona se algum conselheiro tem sugestões para a confecção do Edital 2019 para projetos a serem financiados com recursos do FIA, devido a não aprovação do edital apresentado e o levantamento de questionamentos na reunião de dezembro. Eliezer diz que primeiramente a Comissão de Normas deve analisar o Edital. André sugere que devem ser realizados projetos que atendam as necessidades do município, verificar as demandas, sejam trazidas pelo conselho tutelar, cras ou creas. André sugere que APAE, CEACA, as entidades mais atuantes no município façam projetos que atendam essas demandas. André informa aos presentes que tem um projeto cancelado a ser analisado que tem a previsão de entrar um bom recurso ao FIA, então se tudo der certo terá mais recurso a ser utilizado pelas entidades. André diz que está pensando em o conselho criar um apoio para quem faz os projetos, ou até mesmo fazer outra comissão para auxiliar na confecção e tirar dúvidas. Hamilton diz que pessoas da Engie o procuram para oferecer recurso a ser utilizado através dos fundos, diz que aproveita a oportunidade para solicitar a participação de conselheiros de direitos

da criança e do adolescente que são de mais idade para estarem participando também do Conselho do Idoso, pois estão precisando de apoio para criar com urgência o Fundo do Idoso, que se não for utilizado pelo município irá para outro, sendo que poderiam usar o local do Parque ambiental para algum projeto. Hamilton diz que abre um parenteses para falar sobre o convite recebido para a participação na assessoria de rede na parte da manhã e da tarde, diz que o papel dessa assessoria é buscar as falhas e apresentar, diz que esteve no encontro que teve na ASSEMCAPO onde o assessor fazia dinâmicas e diz que acha complicado ficar disponível o dia todo, e que nem todas as entidades tem a possibilidade de tempo para mandar representante todo esse tempo. André diz que anotou e deixará esse assunto para ser discutido na palavra-livre. André diz que na reunião ordinária de dezembro os conselheiros acabaram não aprovando o edital para projetos com os recursos existentes no FIA, e gostaria de saber se algum conselheiro tem alguma sugestão de modificação. Eliezer diz que, com base em anos anteriores, custaram a ter um diagnóstico, mas hoje tem, e as principais necessidades que foram observadas é que faltam projetos para atender a demanda de crianças e adolescentes que ficam na praça à noite, nos finais de semana, a questão da falta de oportunidade de participar de projetos na área cultural, principalmente nos finais de semana, e também foi levantada a questão do combate às drogas. Eliezer diz que principalmente por ser da Polícia Militar, observa que muitas ocorrências giram em torno das drogas: sejam pequenos furtos, desavença familiar, entre outros. Vitor diz que o objeto do Edital ficou muito genérico, mas o que foi questionado foi à questão do valor e as datas. Rosa diz que ficou muito aberto. Vitor diz que na análise que os conselheiros devem ver isso. Rosa diz que deve estar escrito no Edital, em outras cidades em que ela pesquisou colocam vários critérios, além dos que já constam no ECA e na Resolução CONANDA, além disso colocam critérios para projetos pontuais e com tempo maior, deve constar público alvo. Vitor diz que o Edital ficou mais aberto para oportunizar que todas as entidades apresentassem projetos e após sim serem analisados, por exemplo: se abrir um edital somente para trabalhar drogas a APAE não fará, pois não é o público alvo deles, se pedir um projeto pontual de fazer uma horta, o Escoteiro poderá apresentar, pois tem espaço, mas o CEACA será prejudicado, e assim por diante. Rosa diz que sua solicitação é ter critérios. Eliezer diz que o conselho tem que parar de pensar em atender todas as entidades, e sim atender os mais necessitados, ou seja, se a verba existente no FIA for para um projeto de uma entidade só não teria problema. Caso todas as entidades apresentarem projetos que atendam a necessidade aí sim pode haver uma divisão. Rosa diz que deve abrir também para projetos pontuais, com o valor menor. Vitor diz que é o objetivo de atender a criança e o adolescente que será analisado, em sua opinião diz que não devem criar parâmetros que restringem a participação das entidades. André diz que analisando do ponto de vista da legalidade um edital deve ter critérios objetivos e subjetivos, taxativos em cima das análises dos diagnósticos do município. André sugere que a Comissão de Normas analise e diz que falou com o assessor Guilherme que sugeriu pensar em prazos longos, pensando em 2021, por isso está levantando assuntos para todas as Comissões, e solicita data para a reunião da Comissão de Normas. Fica marcada a reunião da Comissão de Normas para o dia 21/02/2019, quinta-feira, às 8h30 na sala de reuniões da Secretaria de Assistência Social. Vitor diz que devem rever os prazos, levando em conta que existe um exercício financeiro, que é a cada ano, e caso se estender a entidade terá pouco tempo para realizar o projeto e após fazer as prestações de contas, outra questão é que os orçamentos pegos para fazer o projeto, quando inicia a execução já são diferentes, pois já passou o prazo. Rosa diz que como sugestão, não para este, mas para o próximo é lançar o edital já em agosto, por exemplo, para o ano seguinte. Rosa diz que dentro do prazo estipulado no edital do ano passado foram apresentados somente os projetos do CEACA e da APAE, e que após o conselho deliberou pela prorrogação do edital devido à mudança na Resolução 137/2010, chegou ao conhecimento do conselho de uma Resolução do CONANDA que possibilitava a construção, portanto foi estendido o prazo pra apresentar os projetos por mais trinta dias, e a justificativa dada era que no projeto do CEACA apresentou alguns orçamentos não possuíam assinatura, sendo considerado também não apto dentro do primeiro prazo do edital. Porém na época alertou os conselheiros e aproveitou para dizer que observou na época que o projeto do grupo Escoteiro foi apresentado com o valor diferente, superior ao da primeira proposta de projeto apresentada. Rosa diz que a rede sabe dos problemas existentes na rede e que a Comissão responsável não viu. André diz que aceita o exemplo, é a questão que já está em construção: estão estabelecendo critérios objetivos e subjetivos. Rosa diz que se é pra melhorar apoia. Vitor diz que a Comissão de Normas e Documentos não decide nada, quem aprova é a plenária do CMDCA, e esclarece que houve uma alteração do Edital aprovada na plenária devido à modificação da Resolução. Sobre o responsável por trazer a resposta sobre a abertura de biblioteca, André

informa que já foi definido anteriormente que será a conselheira Renata. Renata diz que a educação esteve de férias e depois teve a chamada de professor, mas que estará entrando em contato com Yara. André fala para Renata apresentar a resposta na reunião ordinária do dia 28/02. André informa sobre o ofício recebido do Conselho Tutelar no qual informa que a CEI Anita Brunel Alves não obteve o habite-se, ou seja, não estão cumprindo com as regras de segurança, mas que pela informação do Conselho Tutelar nenhuma escola tem. Eliezer diz que o próprio Conselho Tutelar não tem. Vitor questiona se o próprio bombeiro tem. André sugere encaminhar ofício para a prefeitura solicitando providências, com cópia ao Ministério Público. Conselheiros concordam. Hamilton diz que tem um questionamento para o antigo presidente sobre o banco que ele informou em reunião anterior que estava trocando do Grupo Escoteiro. Eliezer diz que deve ser banco oficial. Rosa diz que outra questão é que a Comissão de Normas deve estipular um prazo para a solicitação e envio dos documentos de inscrição da entidade no CMDCA. Rosa reforça que o CMDCA deve trabalhar com prazos, por exemplo: as entidades têm até tal dia de cada ano para trazer os documentos. Rosa solicita ao CMDCA a Resolução aprovando o repasse para o projeto cancelado do CEACA, que já foi aprovado, apenas liberando o repasse do recurso do FIA. André informa que colocou na pauta da reunião ordinária, pois não sabia se teria quórum para decidir na extraordinária, porém se os conselheiros concordarem já colocará em deliberação. Conselheiros concordam por unanimidade. Sabrina questiona como está à questão do acesso à conta do FIA para conseguir realizar o repasse. André relata que já tem acesso à conta, porém precisa de senha, mas que logo estará resolvido. Eliezer diz que a liberação demora, pois primeiro é mandado para a Câmara para só após liberar o recurso. André informa que a dinâmica dos encontros da assessoria de rede é válida e acredita que as reuniões que ele participou até o momento estão sendo bem produtivas. Rosa questiona se a última vinda do assessor Guilherme foi direcionada apenas para professores. Renata confirma e diz que o Guilherme esteve realizando uma palestra na semana pedagógica. André diz que farão cronogramas de trabalho. Rosa diz que a demanda é grande, o conselho quer, a escola quer, a entidade quer. André diz que o Guilherme pode assessorar na questão do FIA, projetos. Eliezer diz que quando surgiu essa ideia de contratar uma assessoria de rede, por iniciativa do Conselho Tutelar, o objetivo era deixar claro qual o papel de cada órgão em cada situação, dizer se é papel daquele órgão ou não para resolver aquela demanda. Luciane acrescenta que o objetivo principal era criar o protocolo, para cada um saber suas responsabilidades e se não for de sua responsabilidade deixar claro para qual órgão devem encaminhar. Eliezer diz que concorda que as reuniões de toda a rede e as interferências nas reuniões do CMDCA estão sendo produtivas, porém em sua opinião está saindo um pouco do objetivo inicial, saindo do foco, diz que não fala com mais firmeza, pois na última de rede não esteve presente por estar trabalhando, porém diz que tem que trabalhar com base nas demandas do CT, pois é onde mais aparecem as demandas, em conjunto com CRAS, CREAS, verificar quem tem que resolver o problema e acompanhar. André questiona se mais alguém tem alguma colocação a fazer. E nada mais havendo a tratar-se, foi encerrada a reunião às 10h. E, para constar, eu, Sabrina Medeiros da Silva, assistente administrativo do CMDCA, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue subscrita pelos membros presentes.